



PAA nº 1.14.001.000076/2015-79

RECOMENDAÇÃO N ° 01/2015

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pela Procuradora da República signatária, no exercício de suas atribuições institucionais – artigo 127, caput, da Constituição Federal e artigo 6º, inciso VII, alínea c, da Lei Complementar nº 75/1993, no bojo do Procedimento Administrativo de Acompanhamento nº 1.14.001.000076/2015-79, que tem como objetivo o monitoramento da elaboração dos Planos de Educação pelo Estado da Bahia e pelos Municípios da atribuição da Procuradoria da República no Município de Ilhéus/BA, bem como o acompanhamento da inclusão e compatibilização das necessidades específicas das comunidades indígenas e quilombolas nos Planos de Educação de tais entes federativos,

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público Federal, dentre outras, zelar pelo efetivo respeito aos direitos e interesses sociais e individuais indisponíveis assegurados na Constituição da República de 1988, promovendo para tanto, e se necessário, o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública;

CONSIDERANDO que, dentre as funções acima mencionadas, compreende-se a defesa dos bens e interesses coletivos das comunidades indígenas e minorias étnicas;

CONSIDERANDO que são **direitos sociais** a **educação**, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à



infância, a assistência aos desamparados, consoante o disposto no art. 6º da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o art. 205 da Constituição Federal que dispõe que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”;

CONSIDERANDO que o art. 231 da Constituição Federal reconhece aos indígenas o direito à organização social, costumes, línguas, crenças e tradições (art. 231 da CF/88), sendo tal enunciado expressão de clareza e força do novo paradigma normativo que assegura o direito à diferença dos povos indígenas;

CONSIDERANDO que o artigo 26 da Convenção nº 169 a OIT sobre Povos Indígenas e Tribais impõe a adoção de medidas para garantir aos membros dos povos interessados a possibilidade de adquirirem educação em todos os níveis, pelo menos em condição de igualdade com o restante da comunidade nacional;

CONSIDERANDO que os povos indígenas e tribais deverão gozar plenamente dos direitos humanos e liberdades fundamentais, sem obstáculos nem discriminação e que deverão ser adotadas as medidas especiais que se fizerem necessárias para salvaguardar as pessoas, as instituições, os bens, as culturas e o meio ambiente dos povos interessados, nos termos do disposto no art. 3º, 1, e art. 4º, 1, da Convenção 169 da OIT, internalizada no ordenamento jurídico nacional pelo Decreto 5.051, de 19 de abril de 2004;

CONSIDERANDO que o item 2 do art. 14 da Declaração das Nações sobre os Direitos dos Povos Indígenas dispõe que é direito dos indígenas o acesso a todos os níveis e formas de educação e que os Estados adotarão medidas eficazes para que os indígenas, em particular as crianças, incluindo as que vivem fora de suas comunidades, tenham acesso, quando possível, à educação em sua própria cultura e em seu próprio idioma;

CONSIDERANDO que a Lei nº 13.005/2014 aprovou o **Plano Nacional de Educação**, com **vigência de 10 (dez) anos**, estabelecendo como diretrizes a erradicação do analfabetismo; a universalização do atendimento escolar; a superação de desigualdades educacionais; a melhoria da qualidade da educação; a formação para o trabalho



e para a cidadania; a promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; a promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; o estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; a valorização dos (as) profissionais da educação; promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental;

CONSIDERANDO o art. 8º da Lei nº 13.005/2014 estabelece que os Estados, Distrito Federal e Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no Plano Nacional de Educação, até 24 de junho de 2015;

CONSIDERANDO que, sem os planos subnacionais formulados com qualidade técnica e participação social que os legitimem, o Plano Nacional de Educação não terá êxito;

CONSIDERANDO que a Emenda Constitucional nº 59/2009 (EC nº 59/2009) mudou a condição do Plano Nacional de Educação (PNE), que passou de uma disposição transitória da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) para uma exigência constitucional com periodicidade decenal, alçando-o a principal instrumento de planejamento da educação pelos entes federativos e articulador do Sistema Nacional de Educação (SNE);

CONSIDERANDO que o Plano Nacional de Educação é a base para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais, que, ao serem aprovados em lei, devem prever recursos orçamentários para a sua execução com prevalência sobre os Planos Plurianuais (PPAs);

CONSIDERANDO que os Planos Estaduais de Educação e os Planos Municipais de Educação, são instrumentos de diagnóstico, publicidade, controle social e planejamento, podendo ser utilizados pelo Ministério da Educação no exercício da sua função supletiva no repasse de recursos voluntários no bojo do Plano de Ações Articuladas – PAR, auxiliando os entes federativos a implementar as metas educacionais estabelecidas;



CONSIDERANDO que é dever dos entes federados observar nos respectivos planos de educação estratégias que considerem necessidades específicas das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural;

CONSIDERANDO que, para que os entes consigam cumprir o prazo legal para elaboração dos Planos Educacionais, o Ministério da Educação colocou à disposição dos gestores municipais e estaduais uma estrutura de assistência técnica e disponibilizou na internet o roteiro completo para elaboração dos Planos, da construção à aprovação. Para tanto é possível acessar os links: <http://pne.mec.gov.br/>; http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_pme_caderno_de_orientacoes.pdf;

CONSIDERANDO que o prazo para a elaboração dos Planos Estaduais e Municipais de Educação é até 24 de junho de 2015 e está definido em **LEI**, o que impõe ao gestor público o dever de observar o princípio da legalidade, conforme disposto no art. 11 da Lei nº 8.429/92;

CONSIDERANDO que o Estado da Bahia ainda se encontra apenas com a comissão coordenadora instituída, não tendo realizado diagnóstico educacional nem consultas públicas (conforme verificação do andamento da elaboração do Plano Estadual de Educação, em 30 de março de 2015¹);

CONSIDERANDO que a Lei 13.005/2014 é clara ao impor que os processos de elaboração e adequação dos Planos de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão contar com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil;

RESOLVE RECOMENDAR ao Governador do Estado da Bahia, nos termos do art. 6º, inciso XX, da Lei Complementar nº 75/93, que adote as medidas necessárias para:

- 1) Elaborar, dentro do prazo legal, o Plano Estadual de Educação;

1 <http://pne.mec.gov.br/alinhando-os-planos-de-educacao/situacao-dos-planos-de-educacao>



2) Incluir a educação escolar indígena e quilombola, bem como suas peculiaridades, no Plano Estadual de Educação, a serem apresentados até 25 de junho de 2015, observando-se que as estratégias incluídas devem ser **minimamente suficientes para cumprir as metas especificadas na Lei nº 13005/2014, além de se compatibilizarem com as estratégias nacionais nacionalmente estabelecidas;**

3) Garantir a ampla participação de representantes da comunidade educacional, da sociedade civil e, especificamente, das comunidades indígenas e quilombolas no processo de elaboração do Plano Estadual de Educação;

4) Informar ao Ministério Público Federal em Ilhéus/BA² a data e local da realização das consultas públicas no curso do processo de elaboração do Plano Estadual de Educação.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** fixa o prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir do recebimento, para prestação das informações sobre o acatamento ou não das medidas recomendadas, bem como envio de informações quanto ao andamento da elaboração do respectivo Plano Estadual de Educação.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por meio da Procuradoria da República em Ilhéus/BA, coloca-se à disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários no tocante ao cumprimento do disposto na presente Recomendação, observadas as limitações impostas pelo inciso IX do art. 129 da Constituição Federal.

Ilhéus, 30 de março de 2015.

Cristina Nascimento de Melo

PROCURADORA DA REPÚBLICA

2 Endereço: Av. Vereador Marcos Paiva (antiga Av. Bahia), 31, Cidade Nova, Ilhéus/BA, CEP 45.652-050; Telefone.: (73) 3221-4050.